

Acordo da dívida só em janeiro

Divergência é sobre montante das garantias

Odail Figueiredo

BRASÍLIA — O governo só deverá retomar as negociações com os bancos privados para o refinanciamento da dívida externa de US\$ 44 bilhões depois que o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovar a carta de intenções enviada no início deste mês, o que poderá ocorrer por volta de 15 de janeiro. Até o momento, o total das garantias que o país vai oferecer para dois dos seis novos títulos — nos quais a dívida será convertida em troca de um desconto de até 37% no valor desses papéis — continua sendo a principal divergência. Entre o que o governo oferece e o que os bancos pretendem obter, há uma diferença de quase US\$ 3 bilhões.

O negociador oficial do governo, Pedro Malan, ficou até sexta-feira passada em Nova Iorque aguardando uma resposta oficial dos bancos à proposta brasileira encaminhada ao comitê no dia 3. Mas os credores não conseguiram chegar a um denominador comum, o que afastou a possibilidade de retomada das negociações já no início de janeiro. Apesar de não ter sido ainda encontrada uma solução para o problema das garantias, fontes da delegação brasileira estão otimistas quanto a uma rápida conclusão das negociações. "Os bancos já entenderam que o Brasil não tem condições, nesse momento, de mobilizar mais do que US\$ 2 bilhões para comprar os títulos do Tesouro Americano que irão garantir o pagamento de parte da dívida", diz um técnico que vem participando das conversas.

Os bancos pediram garantias também para o pagamento dos juros, mas o dinheiro que o país poderá levantar junto ao FMI, Banco Mundial e BID só é suficiente para cobrir o principal dos bônus de desconto e com juros reduzidos, nos quais parte da dívida será convertida. Diante disso, as duas partes conversaram sobre possíveis saídas do impasse, embora nenhuma proposta oficial tenha sido ainda formulada. Uma solução provável será permitir que, quando algum daqueles papéis for utilizado na compra de ações de estatais brasileiras — deixando portanto de existir como dívida — as



Pedro Malan: Brasil só pode dispor de US\$ 2 bilhões

garantias correspondentes sejam transferidas para os juros dos títulos remanescentes. Essa fórmula teria a vantagem de estimular o programa de privatização.

'Dinheiro novo' — Uma segunda alternativa seria estabelecer um limite para os títulos a serem garantidos, que seria rateado entre os credores. Pelos cálculos do governo, os US\$ 2 bilhões a serem utilizados na compra de papéis do governo americano seriam suficientes para garantir o pagamento de US\$ 22 bilhões ao final de 30 anos, prazo reivindicado pelo Brasil para os novos bônus. Como a expectativa é que metade da dívida seja convertida nos bônus que terão garantia, a cobertura só é suficiente para o principal. Se os juros forem também incluídos será preciso reduzir a garantia a ser dada às amortizações. O problema dessa solução é que ela diminui o atrativo dos bônus de redução da dívida, implicando num desconto menor no valor do débito brasileiro.

A proposta encaminhada por Malan aos credores no início do mês não é muito diferente da que havia sido apresentada originalmente em agosto. Malan rejeitou os termos de uma contraproposta dos bancos, formulada em setembro, que implicava em condições financeiras menos vantajosas para o Brasil. Mas

fez algumas concessões. Na nova proposta, por exemplo, foi reduzido de 25 para 22 anos, o prazo de um dos novos títulos propostos pelo governo, o *bônus de dinheiro novo*, que pagaria juros de mercado, mas obrigaria os bancos a emprestar um dólar novo para cada quatro dólares de dívida velha.

O chefe da delegação brasileira concordou também em dar tratamento diferenciado aos recursos adicionais que foram emprestados pelos bancos no acordo de renegociação da dívida de 1988, num total de US\$ 4 bilhões. A proposta colocada na mesa por Malan prevê que esses recursos sejam todos convertidos em *bônus de dinheiro novo*, com a ressalva de que, nesse caso, os bancos ficariam desobrigados de emprestar mais dinheiro. A idéia, segundo fontes da delegação, foi bem aceita pelos credores. Mas há ainda um problema pendente. O acordo de 1988, assinado pelo ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega previa que um total de US\$ 1,8 bilhão daqueles recursos seria convertido em investimentos no país, sem qualquer deságio. O governo faz questão de rever esse item, porque o ingresso de uma soma tão grande de dinheiro na economia provocaria forte expansão monetária, alimentando a inflação.

Christina Bocayuva — 5/1/89